RESOLVE:

PRORROGAR de acordo com o caput do artigo 208, da Lei Estadual 5.810 de 24/01/1994, por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 06/03/2012, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, constituída pela Portaria nº 0019-GS/SEFA de 05/01/2012, presidida pelo servidor ADMILSON DA SILVA ELLERES, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, identificação funcional nº 5570166/1.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE GABINETE DO DO SUBSECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, EM, 02 / 03 /2012

NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA
Subsecretário da Administração Tributária

ACÓRDÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 348351

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF
SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.2979- 2a. CPJ. RECURSO N.6414 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510000396-5) CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Comprovada nos autos a situação de "Ativo não Regular" faz-se imprescindível a realização do lançamento pelo fisco para fins de constituir o crédito tributário sob pena de decadência, considerando a indisponibilidade do crédito público e o interesse relevante que o protege. 3. O contribuinte que adquirir mercadoria para comercialização, em operações interestaduais, quando enquadrado na situação de "Ativo não Regular", deve fazer o recolhimento do antecipado do ICMS no momento da entrada da mercadoria em território paraense consoante legislação aplicável. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/02/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 24/02/2012.

ACORDAO N.2978- 2a. CPJ. RECURSO N.6412 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510000398-1) CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Comprovada nos autos a situação de "Ativo não Regular" faz-se imprescindível a realização do lançamento pelo fisco para fins de constituir o crédito tributário sob pena de decadência, considerando a indisponibilidade do crédito público e o interesse relevante que o protege. 3. O contribuinte que adquirir mercadoria para comercialização, em operações interestaduais, quando enquadrado na situação de "Ativo não Regular", deve fazer o recolhimento do antecipado do ICMS no momento da entrada da mercadoria em território paraense consoante legislação aplicável. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/02/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 24/02/2012.

ACORDAO N.2977- 2a. CPJ. RECURSO N.6410 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510000399-0) CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Comprovada nos autos a situação de "Ativo não Regular" faz-se imprescindível a realização do lançamento pelo fisco para fins de constituir o crédito tributário sob pena de decadência, considerando a indisponibilidade do crédito público e o interesse relevante que o protege. 3. O contribuinte que adquirir mercadoria para comercialização, em operações interestaduais, quando enquadrado na situação de "Ativo não Regular", deve fazer o recolhimento do antecipado do ICMS no momento da entrada da mercadoria em território paraense consoante legislação aplicável. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/02/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 24/02/2012.

ACÓRDÃO Nº 2976 - 2ª CPJ, RECURSO Nº 6908 – VOLUNTÁRIO (PROC./AINF Nº 372006510011616-4). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS – Auto de Infração. 2. Não se conhece do recurso quando lhe faltar pedido ou demonstração de causa fática que o justifique. É a inteligência do art. 40, inciso III, do Decreto n. 3578/1999. 3. Recurso Voluntário não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/02/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 24/02/2012.

ACORDAO N.2974- 2a. CPJ. RECURSO N.6486 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012006510000446-3) CONSELHEIRO RELATOR: JOSE FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Prejudicial de mérito - Decadência, acolhida por unanimidade, porque o AINF foi formalizado após o prazo quinquenal previsto no art. 173, I, do CTN. 3. Recurso Voluntário conhecido e provido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/02/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 23/02/2012.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 348370
EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, Belém-Pará, FAZ SABER, que pelo presente Edital, fica intimada SUZUKI MAGAZINE LTDA., Inscrição Estadual n. 15.173.740-1, nos termos do artigo 14, III, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Segunda Câmara Permanente de Julgamento, prolatada na sessão realizada no dia 17/01/2012, Processo n. 01173012425-3, Auto de Infração e Notificação Fiscal n. 038578, que deu parcial provimento ao Recurso n.1554 – de Ofício, conforme acórdão n. 2941 - 2ª CPJ. Fica a empresa informada que é facultada a interposição de Recurso de Reconsideração ao Pleno deste Tribunal, nos termos do art. 46, § 1º, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, c/c art. 4º, XVI, da Lei Complementar n. 58, de 01 de agosto de 2006.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 05 de março de 2012. Eu, Maria Alice Neves da Silva, lavrei o presente. E eu, Delmira Naiff de Mendonça Mendes, chefe da Secretaria Geral conferi e subscrevi.

A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, Belém-Pará, FAZ SABER, que pelo presente Edital, fica intimada BRAGA E VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS LTDA. Inscrição Estadual n. 15.262.844-4, nos termos do artigo 14, III, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Primeira Câmara Permanente de Julgamento, prolatada na sessão realizada no dia 16/01/2012, Processo n. 092010510000224-1, Auto de Infração e Notificação Fiscal n. 092010510000224-1, que deu provimento ao Recurso n. 6135 - Voluntário, conforme acórdão n. 2751 – 1ª CPJ.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 05 de março de 2012. Eu, Maria Alice Neves da Silva, lavrei o presente. E eu, Delmira Naiff de Mendonça Mendes, Chefe da Secretaria Geral, conferi e subscrevi.

A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, Belém-Pará, FAZ SABER, que pelo presente Edital, fica intimada A S P COMERCIO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. Inscrição Estadual n. 15.262.844-4, nos termos do artigo 14, III, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Primeira Câmara Permanente de Julgamento, prolatada na sessão realizada no dia 27/01/2012, Processo n. 372008510004020-0, Auto de Infração e Notificação Fiscal n. 372008510004020-0, que negou provimento ao Recurso n. 6169 – de Ofício, conforme acórdão n. 2765 – 1ª CPJ.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 05 de março de 2012. Eu, Maria Alice Neves da Silva, lavrei o presente. E eu, Delmira Naiff de Mendonça Mendes, Chefe da Secretaria Geral, conferi e subscrevi.

A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, Belém-Pará, FAZ SABER, que pelo presente Edital, fica intimada COMÉRCIO DE ALIMENTOS LIRIO LTDA. Inscrição Estadual n. 15.242.868-2, nos termos do artigo 14, III, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Primeira Câmara Permanente de Julgamento, prolatada na sessão realizada no dia 18/01/2012, Processo n. 092009510000078-7, Auto de Infração e Notificação Fiscal n. 092009510000078-7, que negou provimento ao Recurso n. 6195 - Voluntário, conforme acórdão n. 2755 – 1ª CPJ.

Fica a empresa informada que é facultada a interposição de Recurso de Revisão, ao Pleno deste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta intimação, nos termos do art. 47, § 1º, II da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, c/c art. 4º, XVI, da Lei Complementar n. 58, de 01 de agosto de 2006.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 05 de março de 2012. Eu, Maria Alice Neves da Silva, lavrei o presente. E eu, Delmira Naiff de Mendonça Mendes, Chefe da Secretaria Geral, conferi e subscrevi.

A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, Belém-Pará, FAZ SABER, que pelo presente Edital, fica intimada COMÉRCIO DE ALIMENTOS LIRIO LTDA. Inscrição Estadual n. 15.242.868-2, nos termos do artigo 14, III, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Primeira Câmara Permanente de Julgamento, prolatada na sessão realizada no dia 18/01/2012, Processo n. 092009510000074-4, Auto de Infração e Notificação Fiscal n. 092009510000074-4, que negou provimento ao Recurso n. 6183 - Voluntário, conforme

acórdão n. 2756 – 1ª CPJ.

Fica a empresa informada que é facultada a interposição de Recurso de Revisão, ao Pleno deste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta intimação, nos termos do art. 47, § 1º, II da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, c/c art. 4º, XVI, da Lei Complementar n. 58, de 01 de agosto de 2006.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 05 de março de 2012. Eu, Maria Alice Neves da Silva, lavrei o presente. E eu, Delmira Naiff de Mendonça Mendes, Chefe da Secretaria Geral, conferi e subscrevi.

A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, Belém-Pará, FAZ SABER, que pelo presente Edital, fica intimada COMÉRCIO DE ALIMENTOS LIRIO LTDA. Inscrição Estadual n. 15.242.868-2, nos termos do artigo 14, III, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Primeira Câmara Permanente de Julgamento, prolatada na sessão realizada no dia 18/01/2012, Processo n. 092009510000083-3, Auto de Infração e Notificação Fiscal n. 092009510000083-3, que negou provimento ao Recurso n. 6191 - Voluntário, conforme acórdão n. 2754 – 1ª CPJ.

Fica a empresa informada que é facultada a interposição de Recurso de Revisão, ao Pleno deste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta intimação, nos termos do art. 47, § 1º, II da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, c/c art. 4º, XVI, da Lei Complementar n. 58, de 01 de agosto de 2006.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 05 de março de 2012. Eu, Maria Alice Neves da Silva, lavrei o presente. E eu, Delmira Naiff de Mendonça Mendes, Chefe da Secretaria Geral, conferi e subscrevi.

A Sra. DELMIRA NAIFF DE MENDONÇA MENDES, Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, Belém-Pará, FAZ SABER, que pelo presente Edital, fica intimada COMÉRCIO DE ALIMENTOS LIRIO LTDA. Inscrição Estadual n. 15.242.868-2, nos termos do artigo 14, III, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Primeira Câmara Permanente de Julgamento, prolatada na sessão realizada no dia 18/01/2012, Processo n. 092009510000081-7, Auto de Infração e Notificação Fiscal n. 092009510000081-7, que negou provimento ao Recurso n. 6193 - Voluntário, conforme acórdão n. 2753 – 1ª CPJ.

Fica a empresa informada que é facultada a interposição de Recurso de Revisão, ao Pleno deste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta intimação, nos termos do art. 47, § 1º, II da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, c/c art. 4º, XVI, da Lei Complementar n. 58, de 01 de agosto de 2006.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 05 de março de 2012. Eu, Maria Alice Neves da Silva, lavrei o presente. E eu, Delmira Naiff de Mendonça Mendes, Chefe da Secretaria Geral, conferi e subscrevi.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO -SEFA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 348644

PORTARIA Nº 214 DE 03 DE MARÇO DE 2012

INTERROMPER, a partir de 14/02/2012, o gozo das férias da servidora MARIA DE FÁTIMA FREITAS PINHEIRO, Id Func nº 103764/2, Administrador, lotada na Célula de Gestão de Pessoas/DAD, concedidas para o mês de fevereiro/2012, pela Portaria nº 73 de 20.01.2012, publicada no DOE nº 32.084 de 25.01.2012, referente ao exercício de 01/03/2011 a 28/02/2012, as quais ficam autorizadas para serem usufruídas no período de 15/07/2012 a 31/07/2012 (17 dias).

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

Diretor de Administração

ERRATA

PORTARIA Nº 193 DE 23.02.2012, PUBLICADA NO DOE Nº 32.105 DE 28.02.2012.

Servidora MARILDA DAS GRAÇAS TAPAJOS GUIMARAES

Onde se lê: 01.03.2012 a 29.04.2012

Leia-se: 02.03.2012 a 30.04.2012.

SUPRIMENTO DE FUNDO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 348407

PORTARIA: 0209/2012

Prazo para Aplicação (em dias): 30

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 5

Nome do Servidor	Cargo do Servidor	Matrícula
RUI GUILHERME PEREIRA DA COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	0000238001

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
04128136526260000	0101000000	339030	450,00

Observação: ESCOLA FAZENDÁRIA

Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

SUBSECRETARIO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - SEFA